



# CARANAÍBA-MG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANAÍBA - MINAS GERAIS**

**Agente Comunitário de Saúde  
e Agente de Combate às Endemias**

**EDITAL Nº 01/2024**

**CÓD: OP-040NV-24  
7908403565146**

## **Português**

1. Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...) .....	7
2. Classes de palavras (flexões, classificações e emprego) .....	14
3. Acentuação gráfica.....	21
4. Pontuação (classificação e emprego).....	22
5. Frase (classificações).....	23
6. Uso dos “porquês” .....	24
7. Períodos simples; Períodos compostos (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas.....	25
8. Concordância verbal e nominal .....	29
9. Regência verbal e nominal.....	31
10. Figuras de linguagem .....	32
11. Vícios de linguagem .....	36
12. Funções da Linguagem .....	37
13. Novo acordo ortográfico .....	39
14. Significação das Palavras; Denotação e conotação .....	41

## **Matemática**

1. Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais.....	51
2. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares).....	58
3. Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas .....	68
4. Conjunto dos números racionais: Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas .....	71
5. Razão e proporção. Propriedades das proporções .....	74
6. Divisão proporcional .....	75
7. Média aritmética simples e ponderada .....	78
8. Regra de três simples. Regra de três, composta .....	79
9. Porcentagem, juros simples e montante .....	81
10. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis.....	84
11. Fatoração .....	87
12. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas.....	90
13. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras .....	90
14. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica .....	97
15. Análise Combinatória Simples .....	130
16. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes .....	133

---

## **Conhecimentos Gerais**

1. Política e Economia mundiais .....	135
2. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...)	138
3. História e Geografia de Caranaíba .....	143
4. Descobertas e inovações científicas e tecnológicas .....	146
5. Meio ambiente .....	150

## **Legislação**

1. Estatuto do Magistério Público do Município de Caranaíba (Lei 683 de 20 de abril de 2010) .....	155
2. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caranaíba (Lei 696 de 13 de setembro de 2010) .....	159
3. Lei Orgânica .....	175

## **Conhecimentos Específicos**

### **Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias**

1. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social; Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS .....	197
2. Saúde complementar .....	212
3. Planejamento e programação local de saúde .....	214
4. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde .....	216
5. Epidemiologia e Indicadores de Saúde .....	251
6. Sistemas de Informação em Saúde .....	259
7. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória .....	262
8. Educação em saúde .....	265

---

**LEITURA, COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO, GÊNERO, OBJETIVO E MEIO DE CIRCULAÇÃO DE TEXTOS DIVERSOS (DENTRE OUTROS, CHARGES, NOTÍCIAS, TIRINHAS, CARTUNS, ANÚNCIOS, REPORTAGENS, CONTOS, FÁBULAS, ANÚNCIOS, ARTIGOS CIENTÍFICOS E DE OPINIÃO...)**

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

## 1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

### Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

### Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

### Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

## Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

## Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

## 2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

## Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

## Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

## Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

**1. Título e Introdução:** Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

**2. Linguagem e Tom:** A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

**3. Seleção de Argumentos:** Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

**4. Conectivos e Estrutura Argumentativa:** Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

**5. Conclusão:** Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

### Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

### Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

### 3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

### Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

**1. Tese:** A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

**2. Argumentos:** São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

**3. Contra-argumentos e Refutação:** Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

**4. Conclusão:** Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

### Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

**1. Argumento de autoridade:** Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

**Exemplo:** “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

**2. Argumento de exemplificação:** Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

**Exemplo:** “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

**3. Argumento lógico (ou dedutivo):** É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo

de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

**Exemplo dedutivo:** “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

**Exemplo indutivo:** “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

**4. Argumento emocional (ou patético):** Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

**Exemplo:** “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

**5. Argumento de comparação ou analogia:** Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

**Exemplo:** “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

#### **Coesão e Coerência na Argumentação**

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

#### **Exemplo de conectivos importantes:**

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

#### **Exemplos Práticos de Argumentação**

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para

os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

#### **Análise Crítica da Argumentação**

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

**1. Avalie a pertinência dos argumentos:** Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

**2. Verifique a solidez da lógica:** O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

**3. Observe a diversidade de fontes:** O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

**4. Considere os contra-argumentos:** O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

#### **4. Elementos de Coesão**

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

#### **Tipos de Coesão**

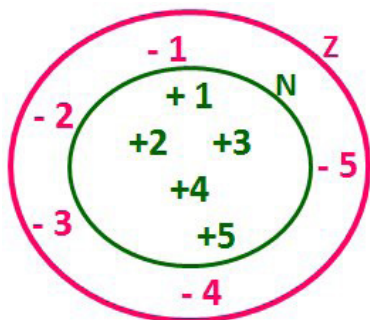
Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

# MATEMÁTICA

**CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS: A NUMERAÇÃO DECIMAL; OPERAÇÕES E RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS. MÚLTIPLOS E DIVISORES DE UM NÚMERO NATURAL; DIVISIBILIDADE; MÁXIMO DIVISOR COMUM; MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM. NÚMEROS FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES COM NÚMEROS FRACIONÁRIOS; RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS. FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS: OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS**

## Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ;  $(N \subset Z)$ ; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$  (N está contido em Z)

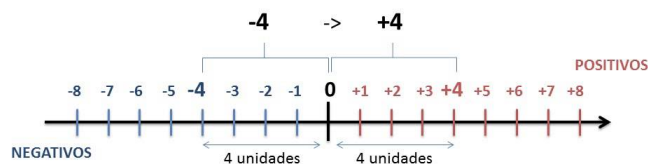
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$Z^*$	Conjunto dos números inteiros <b>não nulos</b>
+	$Z_+$	Conjunto dos números inteiros <b>não negativos</b>
* e +	$Z^*_+$	Conjunto dos números inteiros <b>positivos</b>
-	$Z_-$	Conjunto dos números inteiros <b>não positivos</b>
* e -	$Z^*_-$	Conjunto dos números inteiros <b>negativos</b>

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por  $| \cdot |$ . O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos:  $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

## Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

**ATENÇÃO:** O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

**ATENÇÃO:** todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

## Exemplo:

### (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.



**Resolução:**

50-20=30 atitudes negativas  
 20.4=80  
 30.(-1)=-30  
 80-30=50

**Resposta: A**

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

**ATENÇÃO:**

- 1) No conjunto *Z*, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre <b>positivo</b> .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre <b>negativo</b> .

**Exemplo:**

**(PREF.DE NITERÓI)** Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

**Resolução:**

São 8 livros de 2 cm:  $8 \cdot 2 = 16$  cm  
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$  cm de altura de livros de 3 cm  
 $36 : 3 = 12$  livros de 3 cm  
 O total de livros da pilha:  $8 + 12 = 20$  livros ao todo.

**Resposta: D**

• **Potenciação:** A potência  $a^n$  do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**.  $a^n = a \times a \times a \times a \times a \dots \times a$ , *a* é multiplicado por *a n* vezes. Tenha em mente que:

- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.

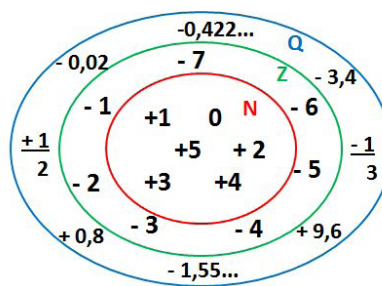
- Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

**Propriedades da Potenciação**

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes.  $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes.  $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes.  $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base.  $(-a)^1 = -a$  e  $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1.  $(+a)^0 = 1$  e  $(-b)^0 = 1$

**Conjunto dos números racionais – Q**

Um número racional é o que pode ser escrito na forma  $\frac{m}{n}$ , onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



**N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)**

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$Q^*$	Conjunto dos números racionais <b>não nulos</b>
+	$Q_+$	Conjunto dos números racionais <b>não negativos</b>
* e +	$Q^*_+$	Conjunto dos números racionais <b>positivos</b>
-	$Q_-$	Conjunto dos números racionais <b>não positivos</b>
* e -	$Q^*_-$	Conjunto dos números racionais <b>negativos</b>

**Representação decimal**

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

**1º)** O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$



2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

**Representação Fracionária**

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444\dots = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131\dots = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278\dots = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica

$$0,5833\dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos → 583  
Período com 1 algarismo → 58  
2 algarismos zeros → 900  
1 algarismo 9 → 900

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)

Números que não se repetem e período

$$6,3777\dots = \frac{637 - 63}{90} = \frac{574}{90}$$

Números que não se repetem

Período igual a 7 1 algarismo -> 1 nove

1 algarismo que não se repete depois da vírgula -> 1 zero

$$6\frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } -a \rightarrow (6.90 + 34) = 574, \text{ logo : } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

**Exemplo:**

**(PREF. NITERÓI)**

Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se  $\frac{1,3333... + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$  :

- (A)  $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C)  $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

**Resolução:**

$$\begin{aligned} 1,3333... &= 12/9 = 4/3 \\ 1,5 &= 15/10 = 3/2 \\ \frac{4}{3} + \frac{3}{2} &= \frac{17}{6} \\ \frac{3}{2} + \frac{4}{3} &= \frac{17}{6} = 1 \end{aligned}$$

**Resposta: B**

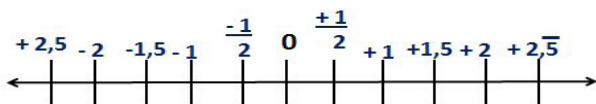
**Caraterísticas dos números racionais**

O **módulo** e o **número oposto** são as mesmas dos números inteiros.

**Inverso:** dado um número racional a/b o inverso desse número  $(a/b)^{-n}$ , é a fração onde o numerador vira denominador e o denominador numerador  $(b/a)^n$ .

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

**Representação geométrica**



Observa-se que entre dois inteiros consecutivos existem infinitos números racionais.

**Operações**

• **Soma ou adição:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais  $\frac{a}{b}$  e  $\frac{c}{d}$ , da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

• **Subtração:** a subtração de dois números racionais  $p$  e  $q$  é a própria operação de adição do número  $p$  com o oposto de  $q$ , isto é:  $p - q = p + (-q)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

**ATENÇÃO:** Na **adição/subtração** se o **denominador for igual, conserva-se os denominadores e efetua-se a operação apresentada.**

**Exemplo:**

**(PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA)** Na escola onde estudo,  $\frac{1}{4}$  dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita,  $\frac{9}{20}$  têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A)  $\frac{1}{4}$
- (B)  $\frac{3}{10}$
- (C)  $\frac{2}{9}$
- (D)  $\frac{4}{5}$
- (E)  $\frac{3}{2}$

**Resolução:**

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5 + 9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

**Resposta: B**

# CONHECIMENTOS GERAIS

## POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAIS

O mundo atual é marcado por profundas transformações políticas e econômicas, que transcendem fronteiras e afetam diretamente a vida das pessoas, mesmo em pequenos municípios como Caranaíba, no estado de Minas Gerais. A interconexão promovida pela globalização torna as localidades, independente de seu tamanho, suscetíveis às dinâmicas internacionais, seja por meio de políticas públicas, flutuações econômicas, ou mesmo mudanças climáticas globais.

Caranaíba, conhecida por sua vocação agrícola e cultural, encontra-se inserida em um contexto onde decisões tomadas em grandes potências, como Estados Unidos e China, podem repercutir em aspectos como os custos de produção agrícola, acesso a mercados ou políticas ambientais. Esses fatores são amplificados pela crescente dependência do Brasil em relações comerciais globais e pela pressão por alinhamento com tendências econômicas e políticas mundiais.

### — Contexto da Política Mundial e Seus Reflexos em Caranaíba

As transformações políticas no cenário global moldam a dinâmica das relações internacionais e influenciam diretamente os rumos de países e localidades. Em um mundo cada vez mais interconectado, as decisões de governos e organismos internacionais impactam desde grandes centros urbanos até pequenos municípios como Caranaíba.

Apesar de seu perfil predominantemente rural, o município não está isolado dessas influências, que afetam sua economia, gestão pública e perspectivas de desenvolvimento.

### Disputas Geopolíticas e Efeitos no Comércio Internacional

A competição entre grandes potências, como Estados Unidos e China, vem redesenhando as relações econômicas globais. Questões como protecionismo, sanções econômicas e disputas comerciais têm consequências diretas nos mercados globais, o que reverbera até nas cidades menores.

### — Impactos no setor agrícola de Caranaíba:

A dependência do Brasil de mercados externos, especialmente no agronegócio, coloca municípios produtores em posição vulnerável. Caranaíba, que integra a economia agrícola mineira, pode enfrentar dificuldades em períodos de tensões comerciais que afetem o fluxo de exportações, como o café, um produto de destaque na região.

### — Custo de insumos agrícolas:

Sanções ou mudanças nas tarifas internacionais podem elevar o preço de fertilizantes e maquinários, dificultando o acesso dos pequenos produtores locais a tecnologias essenciais para o aumento da produtividade.

### Sustentabilidade como Prioridade Global

A sustentabilidade ambiental tem ganhado centralidade nas agendas políticas internacionais, sendo impulsionada por movimentos globais e acordos multilaterais, como o Acordo de Paris. O Brasil, como signatário, vem sendo pressionado a adotar práticas mais sustentáveis, o que impacta diretamente as políticas internas e, por extensão, as comunidades locais.

### — Exigências regulatórias e benefícios potenciais:

Pequenos produtores de Caranaíba podem ser beneficiados por incentivos à produção sustentável, como linhas de crédito específicas e programas de capacitação. Por outro lado, a necessidade de adaptação a normas ambientais rigorosas pode representar um desafio financeiro e técnico.

### — Valorização de produtos locais:

Com o aumento da demanda por alimentos e produtos de origem sustentável, Caranaíba pode explorar a certificação de seus produtos agrícolas ou artesanais, como queijos e doces, agregando valor e atraindo novos mercados.

### Acordos Multilaterais e Blocos Econômicos

A participação do Brasil em blocos econômicos, como o Mercosul, e acordos multilaterais influencia o ambiente de negócios e as oportunidades de desenvolvimento para municípios brasileiros.

### — Abertura de mercados:

A integração a blocos econômicos pode facilitar o acesso dos produtos de Caranaíba a mercados internacionais, especialmente na América do Sul. Produtos como o café mineiro e itens de artesanato podem se beneficiar de tarifas reduzidas e maior visibilidade.

### — Riscos de desvantagens competitivas:

A ausência de políticas locais que estimulem a competitividade pode dificultar a inserção dos pequenos produtores de Caranaíba em mercados globais, especialmente diante de concorrentes internacionais mais estruturados.

### Políticas de Inclusão e Desenvolvimento Local

As políticas globais de incentivo à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável também influenciam as estratégias de gestão pública em nível municipal.

### — Programas de financiamento internacional:

Organismos como Banco Mundial e ONU oferecem linhas de crédito e programas voltados para o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades. Caranaíba pode se beneficiar ao buscar parcerias para projetos de infraestrutura, educação e preservação ambiental.

– **Pressão por governança local eficiente:**

A adesão do Brasil a compromissos internacionais de transparência e boas práticas administrativas pode exigir maior eficiência na gestão pública de Caranaíba, promovendo maior responsabilidade fiscal e social.

A política mundial exerce influência significativa sobre a economia e a gestão local de municípios como Caranaíba. As decisões tomadas em âmbito global criam desafios, como o aumento dos custos de produção e a necessidade de adaptação a normas mais exigentes. Contudo, essas mesmas dinâmicas podem abrir oportunidades para o município se destacar, seja por meio de práticas agrícolas sustentáveis, seja pela valorização de produtos locais no mercado internacional.

A adaptação de Caranaíba às tendências globais exige um planejamento estratégico que inclua a modernização da produção local, a busca por certificações de qualidade e a inserção em redes de comércio regional e global. Além disso, a gestão pública deve priorizar a captação de recursos e a implementação de políticas que promovam a sustentabilidade e a competitividade do município.

– **Economia Mundial e Seus Efeitos na Economia Local**

O impacto da economia mundial transcende fronteiras e chega até pequenos municípios como Caranaíba, influenciando aspectos como o custo de vida, a competitividade econômica e as perspectivas de crescimento. A globalização interliga mercados e cria dependências que tornam economias locais vulneráveis a crises internacionais, mas também capazes de aproveitar oportunidades geradas por novas demandas globais.

Em Caranaíba, cujo perfil econômico é predominantemente rural, as dinâmicas econômicas globais afetam diretamente os setores agrícola, comercial e de serviços, com impactos variados.

**Inflação e Custos de Produção**

A inflação global, impulsionada por crises como pandemias, conflitos armados e choques de oferta, tem efeitos diretos nos preços de bens e serviços. Esses aumentos afetam a economia local de várias maneiras:

– **Custos agrícolas elevados:**

Insumos agrícolas, como fertilizantes e combustíveis, sofrem oscilações de preço significativas devido à dependência do Brasil de importações. Pequenos produtores de Caranaíba, já com margens de lucro reduzidas, enfrentam desafios adicionais para manter a produtividade em meio a custos crescentes.

– **Impacto no poder de compra:**

A inflação reduz a capacidade de consumo das famílias, especialmente em municípios menores, onde a renda média tende a ser mais baixa. Isso prejudica o comércio local, diminuindo o movimento em mercados e feiras, essenciais para a economia de Caranaíba.

**Mudanças nas Cadeias de Suprimento Globais**

A interrupção nas cadeias globais de suprimentos, como visto durante a pandemia de COVID-19, mostrou como economias locais dependem de sistemas globais. Essas mudanças podem gerar tanto desafios quanto oportunidades para Caranaíba:

– **Dependência de insumos externos:**

A escassez ou o encarecimento de produtos importados, como sementes e equipamentos, pode prejudicar pequenos agricultores e artesãos do município. A necessidade de buscar alternativas locais ou regionais torna-se urgente.

– **Fortalecimento da produção local:**

Por outro lado, a instabilidade nas cadeias globais abre espaço para o fortalecimento de cadeias produtivas locais. Caranaíba pode incentivar a produção de insumos agrícolas na própria região ou em municípios vizinhos, criando uma rede de suprimento menos dependente de mercados externos.

**Valorização de Produtos Regionais no Cenário Global**

Tendências globais como sustentabilidade, consumo consciente e valorização de produtos artesanais oferecem oportunidades para municípios com características culturais e produtivas marcantes, como Caranaíba.

– **Exportação de produtos diferenciados:**

O crescimento da demanda por produtos artesanais e orgânicos em mercados externos é uma oportunidade para produtores locais. Queijos artesanais, doces e café, típicos de Minas Gerais, podem ser valorizados no mercado internacional, especialmente se certificados como sustentáveis ou de origem controlada.

– **Acesso a nichos de mercado:**

Produtos com identidade regional têm potencial de conquistar nichos, tanto no Brasil quanto no exterior. Investir em marketing e certificação pode posicionar Caranaíba como um fornecedor de produtos autênticos e de qualidade.

**Investimentos Internacionais e Infraestrutura Local**

Os fluxos de investimentos internacionais, influenciados pela política econômica global, também têm impactos indiretos em municípios menores.

– **Infraestrutura e conectividade:**

Programas de investimento voltados para infraestrutura, como estradas e internet de alta velocidade, podem conectar Caranaíba a mercados regionais e globais, reduzindo custos logísticos e aumentando a competitividade local.

– **Tecnologia e inovação no campo:**

O acesso a tecnologias de ponta, incentivado por investimentos internacionais no Brasil, pode beneficiar pequenos produtores de Caranaíba. Máquinas mais eficientes, soluções de irrigação e plataformas digitais para comercialização são exemplos de ferramentas que podem modernizar a economia local.

**Turismo e Economia Criativa**

Outro reflexo das dinâmicas globais é o crescimento do turismo cultural e rural. Tendências como o “slow tourism”, que valoriza experiências autênticas em áreas rurais, podem transformar Caranaíba em um destino atrativo.

– **Aproveitamento de recursos naturais e culturais:**

A paisagem rural de Caranaíba, aliada à sua produção cultural e culinária, pode atrair turistas interessados em experiências genuínas. Isso gera renda para moradores locais e incentiva o desenvolvimento de serviços de hospedagem, alimentação e transporte.

– **Parcerias para desenvolvimento turístico:**

A busca por parcerias com órgãos internacionais ou nacionais voltados ao turismo pode ajudar Caranaíba a estruturar projetos que fomentem a economia criativa e promovam a sustentabilidade.

As dinâmicas da economia mundial afetam diretamente a realidade econômica de Caranaíba, seja pelo aumento dos custos de produção, seja pelas oportunidades geradas por novos padrões de consumo global. Para enfrentar esses desafios e aproveitar as oportunidades, é essencial que o município invista em estratégias de desenvolvimento local, como:

- Fortalecimento de cadeias produtivas locais;
- Qualificação de trabalhadores e produtores rurais;
- Promoção e certificação de produtos regionais;
- Diversificação da economia por meio do turismo e da economia criativa.

A adaptação de Caranaíba às tendências globais dependerá de sua capacidade de inovar e buscar parcerias que conectem suas potencialidades ao mercado global.

– **Desafios e Oportunidades para Caranaíba no Cenário Global**

Em um mundo cada vez mais interconectado, Caranaíba, um pequeno município mineiro, enfrenta os reflexos de tendências globais em diversas frentes, desde o impacto econômico até as transformações sociais e ambientais.

Embora os desafios decorrentes dessas mudanças sejam significativos, também há oportunidades que, se bem aproveitadas, podem impulsionar o desenvolvimento local e tornar Caranaíba um exemplo de resiliência e inovação.

**Principais Desafios no Cenário Global**

A economia global apresenta desafios estruturais e conjunturais que podem afetar negativamente a economia e a sociedade de Caranaíba. Esses desafios incluem:

– **Dependência de insumos externos:**

Pequenos agricultores e produtores locais dependem de insumos agrícolas, como fertilizantes e defensivos, cujos preços são influenciados por crises globais. A elevação dos custos reduz a margem de lucro e dificulta a modernização das atividades.

– **Exigências ambientais rigorosas:**

O aumento da pressão por práticas agrícolas sustentáveis, impulsionado por acordos internacionais como o Acordo de Paris, impõe a necessidade de adaptações que nem sempre são acessíveis para pequenos produtores. Sem assistência técnica e financeira, muitos enfrentam dificuldades para se adequar.

– **Desigualdades estruturais:**

Pequenos municípios, como Caranaíba, frequentemente possuem infraestrutura limitada, como estradas precárias e baixa conectividade digital. Isso dificulta a competitividade no mercado global, onde eficiência e rapidez são fundamentais.

– **Vulnerabilidade econômica:**

A dependência de produtos agrícolas básicos torna a economia local suscetível às oscilações de preço no mercado internacional. Secas, pragas ou mudanças na demanda global podem gerar impactos severos na renda local.

**Oportunidades no Cenário Global**

Embora os desafios sejam significativos, o cenário global também oferece oportunidades para municípios como Caranaíba. A adaptação às tendências globais pode abrir novos caminhos de desenvolvimento:

– **Valorização de produtos locais e sustentáveis:**

Há uma crescente demanda por produtos de origem controlada, orgânicos e sustentáveis nos mercados globais. Queijos artesanais, doces e café produzidos em Caranaíba podem conquistar nichos de mercado, especialmente com certificações de qualidade e sustentabilidade.

– **Incentivos à sustentabilidade:**

Organismos internacionais, como o Banco Mundial e a ONU, oferecem linhas de crédito e financiamentos para pequenos produtores que implementem práticas sustentáveis. Essas políticas podem ajudar Caranaíba a modernizar sua produção sem comprometer o meio ambiente.

– **Expansão do turismo rural e cultural:**

O turismo rural e cultural é uma das tendências globais em crescimento, especialmente entre viajantes que buscam experiências autênticas e sustentáveis. Caranaíba, com sua paisagem natural, tradição agrícola e rica cultura mineira, tem grande potencial para explorar esse mercado.

– **Fortalecimento da economia criativa:**

A valorização de produtos culturais, como o artesanato local, pode se transformar em fonte significativa de renda para a comunidade. Feiras e mercados virtuais são ferramentas para expandir o alcance desses produtos.

– **Parcerias internacionais:**

Parcerias com organizações não-governamentais, universidades e empresas estrangeiras podem trazer inovação e recursos para o município. Projetos de capacitação em tecnologias agrícolas, por exemplo, podem aumentar a produtividade local.

**Estratégias Para Superar os Desafios e Aproveitar as Oportunidades**

Para enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades oferecidas pelo cenário global, Caranaíba pode adotar uma série de estratégias:

– **Diversificação da economia:**

Investir em novas atividades econômicas, como o turismo e a economia criativa, reduz a dependência da agricultura e torna a economia local mais resiliente.

– **Educação e capacitação técnica:**

A qualificação de agricultores, artesãos e empreendedores é essencial para prepará-los para as exigências do mercado global, como a adoção de tecnologias modernas e práticas sustentáveis.

– **Melhoria da infraestrutura:**

Melhorias em transporte, armazenamento e conectividade digital são fundamentais para facilitar o acesso aos mercados e aumentar a competitividade dos produtos locais.

– **Criação de redes de cooperação:**

A formação de cooperativas e associações fortalece pequenos produtores e artesãos, permitindo que eles negociem melhores preços e ampliem sua presença no mercado.

– **Foco em marketing e certificação:**

Investir na divulgação da identidade regional de Caranaíba, aliada à obtenção de certificações de qualidade e sustentabilidade, pode agregar valor aos produtos locais e abrir portas em mercados internacionais.

**Exemplos de Sucesso Inspiradores**

Outras pequenas localidades têm mostrado que é possível superar desafios globais e prosperar com base em suas características locais:

– **Monte Verde, MG:** Com foco no turismo rural e ecológico, transformou-se em um destino turístico de destaque, gerando renda e empregos.

– **Alto Paraíso, GO:** Apostou no turismo sustentável e em parcerias com ONGs para preservar sua biodiversidade e atrair investimentos em infraestrutura.

– **Regiões cafeeiras da Colômbia:** Pequenos produtores de café orgânico conquistaram mercados globais ao se unirem em cooperativas e investirem em certificações de qualidade.

O cenário global apresenta desafios significativos para Caranaíba, como a necessidade de adaptação às demandas de sustentabilidade e a vulnerabilidade econômica. No entanto, com estratégias bem planejadas e investimentos em infraestrutura, capacitação e inovação, o município pode transformar essas adversidades em oportunidades de crescimento.

Ao diversificar sua economia, valorizar seus produtos locais e buscar parcerias que conectem Caranaíba ao mercado global, o município pode trilhar um caminho de desenvolvimento sustentável, que fortaleça sua economia e melhore a qualidade de vida de seus habitantes.

**SOCIEDADE (MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, TELEVISÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, GASTRONOMIA...)**

Caranaíba, localizada no coração de Minas Gerais, é uma pequena cidade que encapsula o espírito cultural e social do interior mineiro. Apesar de sua dimensão modesta, a cidade carrega uma riqueza sociocultural expressa em suas tradições, costumes e manifestações artísticas.

Ao explorar a sociedade de Caranaíba, encontramos um mosaico de elementos que vão desde a música e literatura até a gastronomia e os esportes, refletindo tanto a influência histórica da região quanto as dinâmicas contemporâneas que moldam sua identidade.

– **Música e Literatura em Caranaíba**

Caranaíba é uma cidade que carrega em suas tradições musicais e literárias a essência do interior mineiro. Embora seja um município pequeno, a riqueza cultural manifestada através da música e da literatura revela uma conexão profunda com as raízes históricas e populares da região.

**A Música em Caranaíba: Uma Expressão Popular e Religiosa**

A música ocupa um lugar de destaque na cultura caranaibense. As bandas de música, típicas de cidades mineiras, são parte essencial da vida cultural local. Em Caranaíba, é comum que essas bandas estejam associadas a eventos religiosos, como procissões e missas festivas, e também a celebrações cívicas.

– **Sertanejo e Música Caipira:** O sertanejo e a música caipira são os gêneros mais populares entre os moradores. Esses estilos refletem o cotidiano da vida rural e são tocados em festas comunitárias, casamentos e comemorações locais.

– **Festas Tradicionais:** Durante festas religiosas, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a música desempenha um papel crucial. É nesse contexto que aparecem ritmos como o congado, que combina música, dança e espiritualidade em uma celebração das tradições afro-brasileiras.

– **Influência Moderna:** Apesar do forte apego às raízes, os jovens têm mostrado interesse por gêneros contemporâneos, como sertanejo universitário e pop, ampliando a diversidade musical do município.

**Literatura: Memória e Tradição Oral**

A literatura em Caranaíba, embora não seja marcada por nomes de destaque no cenário nacional, reflete a riqueza da tradição oral e o apreço pela memória histórica.

– **Causos e Contação de Histórias:** A tradição oral é uma das formas mais presentes de expressão literária em Caranaíba. Os “causos” — histórias engraçadas, fantásticas ou misteriosas — são frequentemente compartilhados em rodas de conversa, preservando narrativas locais e transmitindo valores e ensinamentos às novas gerações.

– **Escritores Locais:** Alguns escritores regionais têm se dedicado a registrar a história e as tradições de Caranaíba em crônicas e livros de memória, garantindo que a identidade local não se perca com o passar do tempo.

# LEGISLAÇÃO

## ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CARANAÍBA (LEI 683 DE 20 DE ABRIL DE 2010)

**LEI Nº 684, DE 20 DE ABRIL DE 2010**  
(Vide Lei nº 927/2021)

*DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, REORGANIZA SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, ESTABELECE METAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Legislativo Municipal de Caranaíba, constituído por seus representantes legais aprovou a presente LEI Complementar que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal e eu, Prefeito Municipal, com fulcro nas atribuições que me são conferidas pela LEI, a sanciono, determinando a todos de que o seu cumprimento dependa que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela está contida.

### PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta LEI dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 2º Para os efeitos desta LEI, entende-se por:

I - Rede municipal de ensino: o conjunto de instituições e órgão que realiza atividades de educação sob a coordenação do Órgão Municipal de Educação;

II - Magistério Público Municipal: o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Profissional de suporte Administrativo, Professor e Pedagogo, do ensino público municipal;

III - Professor: o titular de cargo de Professor, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de docência;

IV - Pedagogo: o titular de cargo de Pedagogo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direto à docência;

V - Profissionais de suporte administrativo: Os Profissionais de Suporte Administrativo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direito a docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI - Funções de magistério as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

## CAPÍTULO II DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

### SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 3º A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I - A profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II - A valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

III - A progressão através de mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas.

### SEÇÃO II DA ESTRUTURA DA CARREIRA

#### SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo e de provimento comissionado.

§ 1º Cargo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições com estipêndio, denominação própria, número definido e remuneração pelo Poder Público, nos termos da LEI.

§ 2º Classe é o agrupamento de cargos genericamente semelhantes em que se estrutura a carreira, é a linha de progressão do Servidor.

§ 3º Carreira, é o conjunto de cargos escalonados segundo grau de responsabilidade com denominação própria, constituído a linha de ascensão do Servidor. A Carreira do Magistério Público Municipal abrange o Ensino Fundamental / Anos Iniciais / 1º Segmento e a Educação Infantil.

§ 4º O Concurso Público para ingresso no cargo de Professor será realizado por área de atuação, exigida:

I - Para a área 1, de Educação Infantil, formação mínima de nível médio, na modalidade normal;

II - Para a área 2, primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), formação mínima em curso superior, de licenciatura plena acompanhada de formação no nível médio, na modalidade normal ou formação superior, na modalidade normal.

§ 5º O ingresso na carreira dar-se-á na classe inicial de cada cargo da carreira, no nível correspondente à habilitação do candidato aprovado.



**SUBSEÇÃO II  
DAS CLASSES E DOS NÍVEIS**

Art. 5º As classes constituem a linha de promoção da carreira do titular de cargo de magistério.

§ 1º O número de cargos de Professor e Pedagogo de cada classe será determinado anualmente por ATO do Poder Executivo.

Art. 6º Os níveis de cargos referentes à habilitação do titular de cargo da Carreira são:

I - Para o cargo de Professor:

Nível I - formação em nível médio, na modalidade normal;

Nível II - formação em nível superior, em curso de licenciatura plena somado ao ensino médio normal ou curso superior normal com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;

Nível III - formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.

II - Para o cargo de Assessor pedagógico:

Nível I - formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia com especialização em pedagogia;

Nível II - formação em nível de pós-graduação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas, em curso na área de educação posterior à graduação plena em pedagogia ou em pós-graduação específica posterior à outra licenciatura plena;

Nível "III" - formação em nível de mestrado, em curso específico na área de atuação, reconhecido pelo MEC, como pré-requisito à promoção dos servidores do Nível "II".

§ 1º A mudança de nível é automática e vigorará no exercício seguinte àquele em que o interessado apresentar o comprovante da nova habilitação.

§ 2º O nível é pessoal não se altera com a promoção.

III - Para os cargos da área profissional e administrativa: Superintendente de Educação e Pedagogo que desenvolverão suporte para a área do magistério:

Nível I - Formação em nível superior, em sua área de atuação profissional;

Nível II - Formação em nível de pós-graduação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas em sua área de atuação profissional;

Nível "III" - Formação em nível de mestrado, em curso específico na área de atuação, reconhecido pelo MEC, como pré-requisito a promoção dos servidores do Nível "II".

IV - Para o cargo da área administrativa de Auxiliar de Serviço Educacional; Chefe do Serviço de Educação, Diretor de Escola, Coordenador de Serviço de Ensino e Assessor Escolar que desenvolverão suporte para a área do Magistério:

Nível I - Formação em nível ensino médio normal;

Nível II - Formação em ensino superior;

Nível III - Formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.

**SEÇÃO III  
DA PROMOÇÃO**

Art. 7º Promoção é a passagem do titular de cargo da Carreira de uma classe para outra imediatamente superior.

§ 1º A promoção decorrerá de avaliação que considerará o desempenho individual, a qualificação em instituições credenciadas do titular de cargo da Carreira.

§ 2º A promoção, observada o número de vagas da classe seguinte, obedecerá à ordem de classificação dos integrantes da classe que tenham cumprido o interstício de três anos de efetivo exercício.

§ 3º Para o titular de cargo de efetivo do Magistério, e do cargo comissionado, o interstício para promoção deve ser cumprido na respectiva função.

§ 4º A avaliação de desempenho será realizada anualmente.

§ 5º A avaliação de desempenho, a aferição da qualificação serão realizadas de acordo com os critérios definidos no regulamento de promoção.

§ 6º A avaliação do titular de cargo de Professor abrangerá as variáveis descritivas no artigo 44 do Estatuto do Magistério Público Municipal.

§ 7º A pontuação para promoção será determinada pela média ponderada dos fatores a que se refere o § 1º, tornando-se:

I - A média aritmética das avaliações anuais de desempenho, com peso 50 (cinquenta) por cento;

II - A pontuação da qualificação, com peso 25 (vinte e cinco) por cento.

§ 8º As promoções poderão ser realizadas na forma do regulamento, via DECRETO do Poder Executivo e publicado no Dia do Professor de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos.

**SEÇÃO IV  
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Art. 8º A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários, em especial o de habilitação dos professores leigos.

Art. 9º A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do titular de cargo da Carreira de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas.

Art. 10. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o titular de cargo da Carreira poderá, no interesse do ensino, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses para participar de curso de qualificação profissional.

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis.

**SEÇÃO V  
DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 11. A jornada de trabalho do titular de cargo da carreira poderá ser parcial ou integral, correspondendo, respectivamente, a:

- I - Trinta horas semanais;
- II - Quarenta horas semanais.

§ 1º A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades, destinadas, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, a reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola.

§ 2º A jornada de trinta horas semanais do Professor em função docente inclui 20 (vinte horas) horas de atividades letivas e o horário restante em planejamento escolar; atendimento aos pais de alunos: temas transversais da educação básica; interação Escola-Família - Comunidade; reuniões através de convocação emitida pelo órgão municipal de Educação.

§ 3º A jornada de quarenta horas semanais, no caso de implantação do horário integral, do professor em função docente inclui trinta horas de aula e dez horas de atividades extraclasse, mediante convocação do Órgão Municipal de Educação.

Art. 12. O titular de cargo de carreira em jornada parcial, que não esteja em acumulação de cargo, emprego ou função pública, poderá ser convocado para prestar serviço, mediante regulamentação por DECRETO.

I - Em regime suplementar, até o máximo de vinte horas semanais, para substituição temporária de professores em função docente, nos seus impedimentos legais;

II - Em regime de quarenta horas semanais, por necessidade do ensino, e enquanto persistir esta necessidade.

Parágrafo único. Em caso de mais de um professor com disponibilidade, serão convocados para a substituição temporária, respeitando os critérios a seguir: aquele que possuir o maior tempo de efetivo serviço no município; aquele que possuir maior idade.

Art. 13. Ao titular de cargo de Carreira em regime de quarenta horas semanais, se implantado no município, pode ser concedido o adicional de dedicação exclusiva, para a realização de projeto específico de interesse do ensino, por tempo determinado, a ser definido por DECRETO.

Art. 14. A convocação para a prestação de serviço em regime de quarenta horas semanais e a concessão do incentivo de dedicação exclusiva dependerá de parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A interrupção da convocação e a suspensão da concessão do incentivo de que trata o caput do artigo ocorrerão:

- I - A pedido do interessado;
- II - Quando cessada a razão determinante da convocação ou da concessão;
- III - Quando expirado o prazo de concessão do incentivo;
- IV - Quando descumpridas as condições estabelecidas para a convocação ou a concessão o incentivo.

**SEÇÃO VI  
DA REMUNERAÇÃO**

**SUBSEÇÃO I  
DO VENCIMENTO**

Art. 15. A remuneração do titular de cargo da Carreira corresponde ao vencimento relativo à classe e ao nível de habilitação em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

Parágrafo único. Considera-se vencimento básico da Carreira o fixado para o cargo de Professor, na classe inicial e no nível mínimo de habilitação.

**SUBSEÇÃO II  
DAS VANTAGENS**

Art. 16. Além do vencimento, o titular de cargo da Carreira fará jus às seguintes vantagens, além de outras previstas no Estatuto:

I - Gratificações:

- Pelo exercício de Direção de unidades escolares;

II - Adicionais:

a) Por tempo de serviço;

b) Pelo trabalho em regime de dedicação exclusiva.

c) Adicional por pós graduação (somente nos casos de mestrado ou doutorado), à razão de 10% (dez por cento) para cada título comprovadamente apresentado;

d) Adicional "pó de giz", a razão de 5% (cinco por cento), condicionada à comprovada utilização do giz nas salas aulas. (Redação dada pela Lei nº 918/2021)

Art. 17. O adicional por tempo de serviço será equivalente a 10% (dez por cento) do vencimento do profissional do magistério, por 5 (cinco) anos de efetivo exercício.

**SUBSEÇÃO III  
DA REMUNERAÇÃO PELA CONVOCAÇÃO EM REGIME SUPLEMENTAR**

Art. 18. A convocação em regime suplementar será remunerada proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho do titular de cargo da Carreira.

**SEÇÃO VII  
DAS FÉRIAS**

Art. 19. O período de férias anuais do titular de cargo da Carreira será de:

I - Quarenta e cinco dias, para titular de cargo de Professor em função docente;

II - Trinta dias, para os titulares dos demais cargos.

Parágrafo único. As férias do titular de cargo da Carreira em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, de acordo com calendários anuais, de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

**SEÇÃO VIII  
DA CEDÊNCIA OU CESSÃO**

Art. 20. Cedência ou cessão é o ATO pelo qual o titular de cargo de Carreira e posto à disposição de entidade ou órgão não integrante da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A cedência ou cessão será sem ônus para o ensino municipal e será concedida pelo prazo máximo de um ano, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes.

§ 2º Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal:

I - Quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em Educação Especial.

§ 3º A cedência ou cessão para exercício de atividades estranhas ao magistério interrompe o interstício para a promoção.

**SEÇÃO IX  
DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO  
MAGISTÉRIO**

Art. 21. É instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com a finalidade de orientar sua implantação e operacionalização, a ser regulamentada por DECRETO.

Parágrafo único. A Comissão de Gestão será presidida pela (o) Superintendente de Educação e integrada por representantes das Secretarias Municipais de Administração, da Fazenda e da Educação e, paritariamente, de entidade representativa do magistério público municipal.

**CAPÍTULO III  
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**SEÇÃO I  
DA IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE CARREIRA**

Art. 22. O número de cargos da Carreira do Magistério Público Municipal é o constante do Anexo I desta LEI.

§ 1º O número de cargos de provimento comissionado é o constante do anexo.

§ 2º As atribuições dos cargos estão dispostas no anexo III que passa a fazer parte integrante desta LEI.

§ 3º O impacto orçamentário e financeiro é o constante do anexo IV.

§ 4º O quadro contendo a progressão horizontal é o constante do anexo V.

Art. 23. O primeiro provimento dos cargos da Carreira do Magistério Público Municipal dar-se-á com os titulares de cargos efetivos, profissionais do magistério, atendida a exigência mínima de habilitação específica para cada cargo.

§ 1º Se a nova remuneração decorrente do provimento no Plano de Carreira for inferior à remuneração até então percebida pelo profissional do magistério, ser-lhe-á assegurada a diferença, como vantagem pessoal, sobre a qual incidirão os reajustes futuros.

§ 2º Os profissionais do magistério serão distribuídos de acordo com a definição do Órgão Municipal de Ensino.

**SEÇÃO II  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24. Fica assegurado aos profissionais da educação o direito a revisão anual da remuneração, observado, no entanto, a disponibilidade orçamentária, financeira e as vedações constantes na LEI Complementar nº 101/00.

Art. 25. Realizado o primeiro provimento do Plano de Carreira e atendido o disposto no artigo 24, os candidatos aprovados em Concurso para o Magistério Público Municipal poderão ser nomeados observados os números de vagas.

Art. 26. A LEI disporá sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de substituição temporária do professor na função docente, quando excedida a capacidade de atendimento.

Art. 27. O valor dos vencimentos correspondentes aos níveis da Carreira do Magistério Público Municipal é o constante dos Anexos I e II.

Art. 28. O exercício das funções de direção e vice direção de unidades escolares é reservado aos integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal com o mínimo de dois anos de docência, ressalvado o que dispõe o Estatuto do Magistério.

Art. 29. Os titulares de cargo de Carreira do Magistério Público Municipal poderão perceber outras vantagens pecuniárias devidas aos servidores municipais, nessa condição, quando não conflitantes com o disposto nesta LEI.

Art. 30. O Poder Executivo aprovará o Regulamento de Promoções do Magistério Público Municipal no prazo de um ano a contar da publicação desta LEI.

Art. 31. Aplicam-se aos servidores e profissionais administrativos, o disposto nesta LEI e subsidiariamente o Estatuto dos Servidores Municipais no que couber.

Art. 32. As despesas decorrentes da aplicação desta LEI correrão a conta dos recursos consignados no orçamento.

Art. 33. Ficam asseguradas aos servidores lotados no magistério, todas as vantagens adquiridas, em respeito ao direito adquirido.

Art. 34. Fica assegurado aos profissionais do magistério, ocupantes de cargo efetivo, o direito de opção quanto a jornada de trabalho, caso seja implantada no município o Regime Integral, na forma legal ou regulamentar, respeitado o direito adquirido.

Art. 35. Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 36. Revogadas as disposições em contrário, esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

CARANAÍBA, 20 DE ABRIL DE 2010.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias

### ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E CONTROLE SOCIAL; ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO, FINANCIAMENTO E LEGISLAÇÃO DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

**\*OBSERVAÇÃO:** Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

**Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal:** Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento

técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

**Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal:** É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.

### Princípios do SUS

Para que o SUS tenha a mesma forma de organização e a mesma doutrina em todo o território nacional, fica definido pela Constituição Federal um conjunto de elementos doutrinários e organizacionais.

#### — Princípios Doutrinários do SUS:

**Universalização:** Cabe o Estado assegurar a saúde como um direito de todas as pessoas, garantindo o acesso a todos os serviços do SUS sem distinção de sexo, raça ou qualquer outra característica pessoal ou social.

**Equidade:** Se faz necessário afim de diminuir desigualdades, visto que, todas as pessoas têm o mesmo direito aos serviços oferecidos pelo SUS, mas possuem necessidades distintas, ou seja, investir onde existe a maior carência de investimentos.

**Integralidade:** Visa tratar as pessoas em um todo, atendendo todas as necessidades de cada indivíduo, de modo a integrar ações de promoção de saúde, prevenção e tratamento de doenças. Ou seja, o sistema de saúde deve estar preparado para acolher o usuário, ouvi-lo e entendê-lo como parte de um contexto social e, assim, identificar suas carências e buscar formas de supri-las.

— **Princípios Organizativos:**

**Regionalização e Hierarquização:** Define que os serviços promovidos pelo SUS devem ser organizados em níveis crescente de complexidade, abrangendo os critérios epidemiológicos, geográficos e baseados na população a ser atendida.

A hierarquização prevê a divisão de níveis de atenção (primário, secundário e terciário) afim de distribuir o atendimento de acordo com a necessidade real do paciente para o setor especializado naquilo que ele precisa.

Enquanto isso, a regionalização dispõe da necessidade de não somente dividir os serviços de saúde, mas também sistematizá-los de maneira eficiente, evitando que dois setores fiquem responsáveis pelo mesmo serviço e, consequentemente, poupar que recursos materiais, financeiros e humanos sejam gastos desnecessariamente.

**Descentralização:** A redistribuição do poder ligado a decisões, aos recursos, com o intuito de aproximar a tomada de decisão ao fato, pois entende-se que, dessa maneira, haverá mais chance de acerto. Graças a descentralização, têm-se a tendência da municipalização das decisões a respeito dos serviços de saúde.

**Participação dos cidadãos:** Há a necessidade, embasada a partir das Leis Orgânicas, da participação da população nas decisões relacionadas a administração pública do SUS por meio dos Conselhos de Saúde, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais. Além disso, com a ampliação do acesso à internet, foi possível aumentar o debate sobre assuntos importantes para a saúde através de consultas e audiências públicas.

— **Diretrizes para a gestão do SUS**

As diretrizes para a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) estão estabelecidas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

**Universalidade**

A universalidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere ao direito de todos os cidadãos brasileiros, sem exceção, ao acesso gratuito e igualitário aos serviços de saúde. Ou seja, qualquer pessoa, independentemente de sua condição social, econômica ou de saúde, tem direito a ser atendida pelo SUS.

Ela é garantida pelo SUS por meio da oferta de serviços de saúde em todos os níveis de atenção, desde a atenção básica até a atenção especializada e hospitalar, em todo o território nacional. O SUS oferece uma ampla gama de serviços, que incluem consultas médicas, exames, cirurgias, internações, atendimento de emergência, entre outros.

Além disso, é considerada um avanço importante na garantia do direito à saúde no Brasil, pois garante que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua capacidade de pagamento ou de outros fatores que possam levar à exclusão do sistema de saúde.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir a efetivação da universalidade no SUS, como a melhoria da qualidade dos serviços, a ampliação do acesso em regiões mais distantes e a redução das desigualdades regionais na oferta de serviços de saúde.

**Equidade**

A equidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere ao direito de todos os cidadãos brasileiros, sem exceção, de terem acesso igualitário aos serviços de saúde, levando em conta suas necessidades individuais de saúde, independentemente de sua classe social, gênero, raça ou qualquer outra forma de discriminação.

O SUS busca garantir a equidade por meio da oferta de serviços e ações de saúde que abrangem desde a promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e reabilitação, assegurando o cuidado em todos os níveis de atenção à saúde. Dessa forma, todos os cidadãos devem ter acesso aos mesmos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica ou de sua localização geográfica.

No entanto, a equidade na oferta de serviços de saúde ainda é um desafio a ser enfrentado no SUS. Existem desigualdades regionais na oferta de serviços de saúde, com algumas regiões do país tendo acesso a uma infraestrutura mais adequada de serviços de saúde do que outras. Além disso, a discriminação de gênero, raça, orientação sexual e outros fatores também podem afetar o acesso aos serviços de saúde.

Por isso, é importante que a gestão do SUS trabalhe para garantir a equidade no acesso aos serviços de saúde, implementando políticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades, e garantindo que todos os cidadãos brasileiros possam usufruir do direito à saúde, de forma igualitária e justa.

**Integralidade**

A integralidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere à oferta de um conjunto completo e articulado de ações e serviços de saúde, que abrangem desde a promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, assegurando o cuidado em todos os níveis de atenção à saúde.

O SUS busca garantir a integralidade do cuidado, levando em consideração as necessidades individuais de cada paciente e ações de saúde que visem sua recuperação, prevenção ou manutenção de sua saúde. Isso significa que os serviços de saúde devem ser organizados de maneira a garantir a oferta de serviços que considerem as dimensões biopsicossociais e culturais de cada pessoa.

Além disso, a integralidade no SUS também significa que os serviços devem ser organizados de forma articulada, em todos os níveis de atenção à saúde, de forma a oferecer uma atenção contínua, coordenada e integral aos usuários, sem fragmentação do cuidado. Isso implica em uma gestão integrada e descentralizada do SUS, que deve envolver a atuação articulada de serviços de saúde, gestores e profissionais, em todas as esferas do sistema de saúde.

Contudo, a garantia da integralidade do cuidado ainda é um desafio a ser enfrentado no SUS, especialmente em relação à oferta de serviços em algumas regiões do país, bem como em relação à disponibilidade de tecnologias e medicamentos. Por isso, é importante que a gestão do SUS trabalhe para garantir a integralidade do cuidado, implementando políticas e práticas que promovam a articulação entre os serviços de saúde e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do SUS.

### Participação social

A participação social é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere ao direito dos cidadãos de participarem ativamente do processo de gestão do SUS, tanto na definição de políticas públicas de saúde, quanto no controle social das ações e serviços oferecidos pelo sistema.

O SUS reconhece que a participação da sociedade é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais democrático e eficiente, capaz de responder às necessidades de saúde da população. A participação social no SUS pode se dar por meio de diferentes formas, como:

– **Conselhos de Saúde:** são instâncias de participação popular na gestão do SUS, que têm a função de acompanhar, fiscalizar e propor políticas de saúde para o governo;

– **Conferências de Saúde:** são eventos que ocorrem a cada quatro anos, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, com a participação de representantes da sociedade civil e do governo, para discutir e propor diretrizes para a política de saúde;

– **Ouvidorias:** são canais de comunicação entre os usuários do SUS e os gestores do sistema, que recebem denúncias, reclamações e sugestões para melhorar a qualidade dos serviços de saúde;

– **Participação em programas de saúde:** a sociedade pode participar de diferentes programas e ações de saúde, como campanhas de vacinação, mutirões de saúde, entre outras iniciativas.

Ela é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais democrático e eficiente, capaz de responder às necessidades de saúde da população. Por isso, é importante que a gestão do SUS promova e fortaleça a participação da sociedade, incentivando a participação de diferentes grupos sociais e garantindo a transparência e a prestação de contas por parte dos gestores do sistema.

### Descentralização

Ela se refere à distribuição de poder, responsabilidades e recursos para a gestão do SUS entre as diferentes esferas do governo (federal, estadual e municipal), garantindo a autonomia e a capacidade de decisão dos gestores locais.

Tem como objetivo principal promover a democratização do acesso à saúde, levando em conta as especificidades e as necessidades de cada região. Com a descentralização, os municípios passaram a ter maior autonomia para gerir seus sistemas de saúde, possibilitando a construção de políticas e serviços de saúde mais adequados às necessidades locais.

Além disso, a descentralização do SUS também permite uma maior participação da sociedade na gestão do sistema de saúde, uma vez que a administração dos serviços passa a estar mais próxima dos cidadãos.

No entanto, a descentralização também pode trazer desafios para a gestão do sistema, como a falta de recursos e capacidade técnica para a gestão em algumas regiões do país. Por isso, é fundamental que a gestão do SUS trabalhe para fortalecer a capacidade de gestão dos municípios e para garantir a equidade no acesso aos serviços de saúde em todo o território nacional.

### Regionalização

A regionalização é uma das estratégias fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, juntamente com a descentralização e a municipalização. Ela se refere à organização dos serviços de saúde em regiões, de acordo com as necessidades e as características locais, buscando garantir o acesso equitativo e integral aos serviços de saúde em todo o território nacional.

Tem como objetivo principal a promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, reduzindo as desigualdades regionais e garantindo a oferta de serviços de qualidade e em tempo oportuno. A partir da regionalização, os municípios podem se organizar em redes de saúde, articulando as ações e serviços de saúde e garantindo a integralidade da assistência.

Para a implementação da regionalização, é fundamental que haja uma articulação entre as diferentes esferas do governo (federal, estadual e municipal) e a participação da sociedade civil. É preciso definir critérios de organização das regiões de saúde, considerando aspectos como a densidade populacional, as características epidemiológicas, a oferta de serviços de saúde, a distância entre os municípios, entre outros fatores.

Também deve-se levar em conta a capacidade de gestão e a disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a organização e o funcionamento dos serviços de saúde em cada região. Por isso, é importante que a gestão do SUS trabalhe para fortalecer a capacidade de gestão e a qualificação dos profissionais de saúde em todo o país, visando garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade e em tempo oportuno para toda a população.

### Humanização

A humanização é um princípio fundamental do Sistema Único de Saúde no Brasil, que busca valorizar a relação entre profissionais de saúde e usuários, respeitando suas necessidades, desejos e valores. Se baseia na construção de vínculos mais solidários e acolhedores entre os profissionais de saúde e os usuários, e visa a promoção da dignidade humana, da autonomia e da cidadania.

Para a efetivação da humanização no SUS, são necessárias diversas ações, tais como a valorização e capacitação dos profissionais de saúde, estimulando a reflexão crítica e a escuta qualificada dos usuários, a ampliação e qualificação da participação dos usuários e da sociedade civil na gestão dos serviços de saúde, a garantia do acesso aos serviços de saúde, respeitando a integralidade e a equidade no atendimento, a promoção da educação em saúde e da prevenção de doenças, visando a promoção da saúde e o cuidado com o indivíduo em sua totalidade, o estímulo à promoção da saúde mental, respeitando as diferenças individuais e os aspectos psicológicos e emocionais dos usuários.

A humanização no SUS busca transformar a relação tradicionalmente vertical entre profissionais de saúde e usuários, colocando-os em um patamar de igualdade e trabalhando juntos para a promoção da saúde e o cuidado do indivíduo. É um processo contínuo de transformação da cultura institucional, que busca construir uma atenção mais resolutiva, equitativa e comprometida com a qualidade de vida dos usuários do SUS.

As diretrizes para a gestão do SUS estabelecem um conjunto de princípios e valores que devem orientar a gestão do sistema de saúde brasileiro, garantindo o acesso universal, equitativo,

integral e humanizado aos serviços de saúde, com a participação da sociedade na sua gestão e descentralização da gestão para os estados e municípios.

— **Financiamento**

O financiamento do SUS é composto por recursos públicos provenientes dos orçamentos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), além de recursos oriundos de contribuições sociais e impostos específicos, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os recursos do SUS são alocados de forma descentralizada e destinados para ações e serviços de saúde, como atendimento médico, consultas, exames, internações hospitalares, ações de vigilância em saúde, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a saúde é um direito universal e um dever do Estado, e que a União, os estados e os municípios devem aplicar um percentual mínimo de suas receitas na área da saúde. Atualmente, a Emenda Constitucional nº 86/2015 fixou o percentual de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União e de 12% da RCL dos estados e do Distrito Federal para a saúde. Já os municípios devem aplicar no mínimo 15% de suas receitas próprias na saúde, acrescidos dos repasses federais e estaduais.

Além disso, o SUS conta com o Fundo Nacional de Saúde (FNS), que é um mecanismo de financiamento da saúde pública no país, responsável por receber e repassar os recursos do SUS para estados e municípios, garantindo a distribuição equitativa e a aplicação adequada dos recursos. O FNS recebe recursos de diversas fontes, como o Orçamento Geral da União, as contribuições sociais e os repasses dos estados e municípios.

Em resumo, o financiamento do SUS é uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo e é financiado com recursos públicos provenientes de diversos impostos e contribuições sociais, sendo gerido pelo Fundo Nacional de Saúde.

— **Regulação**

A regulação do SUS no Brasil é um processo que busca garantir o acesso igualitário e oportuno aos serviços de saúde, de forma a promover a equidade no atendimento e a eficiência na utilização dos recursos públicos. A regulação é responsável por planejar, organizar e avaliar as ações e serviços de saúde em todo o território nacional, buscando garantir a integralidade da assistência e a resolubilidade dos serviços.

A regulação do SUS é realizada por meio de três tipos de ações: a regulação assistencial, a regulação da atenção à saúde e a regulação econômica. A regulação assistencial tem como objetivo garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde, regulando o fluxo de pacientes e os critérios de encaminhamento entre as unidades de saúde. A regulação da atenção à saúde busca garantir a integralidade e a continuidade do cuidado, orientando a oferta de serviços e a organização da rede de atenção à saúde. Já a regulação econômica visa garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos, regulando a oferta de serviços e estabelecendo critérios para a remuneração dos serviços prestados.

A regulação do SUS é uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação da sociedade civil e dos profissionais de

saúde. É importante que a regulação seja realizada de forma transparente, com a participação da população na definição das prioridades de saúde e na avaliação da qualidade dos serviços prestados. Além disso, é fundamental que a gestão do SUS trabalhe para fortalecer a capacidade de regulação em todo o país, visando garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade e em tempo oportuno para toda a população.

**LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**

*Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

**TÍTULO II  
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).